

Caminhos para a saúde

A situação de horror a que chegou o sistema de saúde do País só espanta a quem nunca passou por perto de um hospital público ou conveniado. Há muito eles perderam o respeito para com a dignidade dos pacientes e passaram a oferecer-lhes tratamento massificado e desumano. O que se está presenciando agora, na divulgação que a imprensa dá às incursões do ministro Alceu Guerra por hospitais públicos do País, é apenas a exposição daquilo que milhões de brasileiros, todo dia, há muito tempo, sentem e sofrem.

Não há solução possível, no curto prazo, no Brasil, para esse problema. A demanda por serviços médicos e hospitalares é enorme, por efeito da escassa prevenção, de padrões sanitários e nutricionais insatisfatórios e de inadequada educação para a defesa da saúde. Temos, portanto, o efeito do nosso subdesenvolvimento expresso nas filas quilométricas que pressionam os equipamentos hospitalares, os quais, por sua vez, não foram acompanhados por investimentos que os fizessem seguir o incremento da demanda.

O governo não tem e não terá em breve como resolver o problema, embora possa minorá-lo através de investimentos localizados e de uma política administrativa, nas instituições hospitalares, mais eficiente. Pode-se, assim, aumentar um pouco a produtividade do sistema instalado, mas isso está longe de fazer face à enormidade do déficit de atendimento médico e hospitalar no País. A solução passa, necessariamente, por políticas que estimulem a massificação dos seguros privados de saúde, solução encontrada pelos países mais desenvolvidos para compatibilizar a gestão empresarial dos serviços com livre escolha pelo paciente,

uma faculdade que, em matéria de saúde, não pode ser menosprezada.

A privatização, via seguro, da medicina curativa, simultaneamente com investimentos públicos na prevenção, visando a reduzir a pressão sobre os equipamentos, é o primeiro passo antes do qual qualquer esforço será inútil. Por prevenção, entenda-se um conjunto de ações voltadas para a melhoria da qualidade de vida dos estratos sociais carentes. Sem a satisfação das exigências mínimas de subsistência não pode haver saúde.

A massificação dos serviços de saúde via seguro privado poderá ser obtida até compulsoriamente, onerando-se a empresa com o encargo correspondente ainda que se tenha de reduzir, para possibilitá-lo, as atuais contribuições previdenciárias. É muito mais produtivo dar-se um seguro de saúde ao trabalhador do que entregar o dinheiro ao sistema público para que ele o administre mal.

Nesta hipótese, os equipamentos hospitalares públicos poderiam dedicar-se aos pacientes sem relação formal de emprego e que não tenham renda para custear, eles próprios, o seguro. Mesmo neste segmento, talvez ainda seja mais barato, e mais eficiente, o estado subsidiar o seguro ao invés de manter hospitais caros, mal administrados e tecnicamente despreparados.

Há muitas possibilidades de enfrentamento da questão, mas todas passam pela aceitação da preliminar de que o Estado deve assegurar a saúde mas não administrar os serviços de saúde. O princípio vale para quase tudo, até para a escola onde a presença da administração pública tem-se revelado sempre a mais cara e a menos eficiente.